

Capítulo III

Marginalidade urbana na América Latina: aspectos econômicos, políticos e culturais

Ruben George Oliven

SciELO Books / SciELO Livros / SciELO Libros

OLIVEN, RG. *Urbanização e mudança social no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein, 2010. Marginalidade urbana na América Latina: aspectos econômicos, políticos e culturais. pp. 34-53. ISBN 978-85-7982-001-4. Available from SciELO Books <<http://books.scielo.org>>.



All the contents of this chapter, except where otherwise noted, is licensed under a Creative Commons Attribution-Non Commercial-ShareAlike 3.0 Unported.

Todo o conteúdo deste capítulo, exceto quando houver ressalva, é publicado sob a licença Creative Commons Atribuição - Uso Não Comercial - Partilha nos Mesmos Termos 3.0 Não adaptada.

Todo el contenido de este capítulo, excepto donde se indique lo contrario, está bajo licencia de la licencia Creative Commons Reconocimiento-NoComercial-CompartirIgual 3.0 Unported.

Capítulo III

Marginalidade Urbana na América Latina: Aspectos Econômicos, Políticos e Culturais*

Para comparar e analisar as práticas e orientações de diferentes camadas sociais, como procura fazer a pesquisa de que trata o capítulo cinco deste livro, é necessário examinar em que medida as classes dominadas participam da economia, da política e da cultura dominante. Os temas discutidos nos dois últimos capítulos têm uma importância marcante para esta discussão uma vez que frequentemente a pobreza é atribuída à suposta carência de uma “cultura urbana” ou de atitudes “modernas” por parte das classes baixas.

A preocupação com a marginalidade urbana na América Latina desenvolveu-se depois da Segunda Guerra Mundial quando núcleos de populações (no Brasil chamados de favelas), vivendo em condições precárias e geralmente ocupando solos ilegalmente, começaram a aparecer na periferia da maior parte das grandes cidades¹.

A primeira reação a este “problema” foi encará-lo como restrito à precariedade da habitação, já que esta era o aspecto mais visível da questão. Assim, não se percebia que a favela não é um problema mas uma “solução” à necessidade de abrigo e que a sub-habitação é

* Publicado originalmente na *Revista Mexicana de Sociologia*, volume 41, 1979.

¹ O uso do termo “marginal” precedeu o estudo da marginalidade na América Latina e parece ter sua origem sociológica no artigo “Human Migration and the Marginal Man” de Robert Park publicado em 1928. Ele começou a corrente, mais tarde continuada por Everett Stonequist e outros, de estudar o “homem marginal”, um indivíduo que se supunha viver na margem de duas culturas como aplicado, por exemplo, a imigrantes nos Estados Unidos. Ver Park, Robert E. “Human Migration and the Marginal Man”, in *American Journal of Sociology*, vol. 33, n. 6, 1928, e Stonequist, Everett V. “The Problem of the Marginal Man”, in *American Journal of Sociology*, vol. 41, n. 1, 1935.

apenas um indicador de uma situação mais complexa caracterizada por desemprego e subemprego.

Apesar de sua limitação explicativa e das críticas que lhe foram dirigidas, este tipo de abordagem habitacional é ainda empregado com frequência. É obviamente mais cômodo falar sobre favelas do que sobre pobreza. Existe, assim, uma tendência de tratar a favela não como a categoria habitacional que ela é, mas como se ela fosse uma entidade social. Toda esta abordagem ecológica proporciona, é claro, um tema constante para uma série de instituições e pessoas que têm interesse em deixar a questão concentrada neste nível em vez de encaminhá-la para um nível social mais amplo.

Um dos primeiros estudos importantes que foi capaz de descartar o enfoque ecológico como falacioso e enfrentar os reais aspectos subjacentes à questão foi um texto publicado em 1966 pela CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina da Organização das Nações Unidas) e redigido, embora não-oficialmente, por Aníbal Quijano. Elaborando um conceito do fenômeno, o texto sugeriu que

a marginalidade social consistiria em um modo limitado e inconsistentemente estruturado de pertencimento e de participação na estrutura geral da sociedade, seja a respeito de certas áreas dentro de suas estruturas dominantes ou básicas, seja a respeito do conjunto destas, em todos ou em parte de seus setores institucionais².

Isto leva ao exame das explicações causais da marginalidade social. O texto assinalou que existem duas principais abordagens ao tema: o “estruturalismo funcionalista” e o “estruturalismo histórico”. Na perspectiva do “estruturalismo funcionalista” a falta de integração de um elemento ou conjunto de elementos em relação a uma estrutura social seria encarada como a consequência das características deste elemento ou conjunto de elementos, e deveria portanto ser solucionada através da modificação destas características e por

² Quijano, Aníbal. “Notas sobre o Conceito de Marginalidade Social”, in Pereira, Luiz (org.). *Populações “Marginais”*. São Paulo, Duas Cidades, 1978, p. 43.

alguns ajustamentos em alguns setores da estrutura social sem modificar a estrutura em seu caráter e tendências fundamentais³.

Por seu turno, a perspectiva do “estruturalismo histórico” propõe que a marginalidade de um elemento ou conjunto de elementos é o resultado das contradições da própria natureza e tendências fundamentais da estrutura social⁴.

Depois de um período durante o qual o enfoque funcionalista foi relativamente influente entre estudiosos da América Latina, a tendência de estudos recentes tem sido a de abandoná-lo e a de uma crescente aceitação de um enfoque histórico e econômico, geralmente com uma influência marxista. Assim, a maioria dos estudos tem se concentrado na análise da estrutura social e ocupacional e sua capacidade ou incapacidade de absorver mão-de-obra como a principal explicação da marginalidade.

Aspectos econômicos da marginalidade urbana

Tendo se assinalado que a marginalidade se deve a fatores sócio-econômicos, permanece o problema de explicitar as causas do fenômeno. Isto não é uma tarefa fácil já que existe um debate contínuo mesmo entre autores que compartilham pontos de vista políticos e sociais semelhantes.

Várias questões vêm à tona neste debate. O primeiro tem a ver com se a industrialização da América Latina e a urbanização que lhe está associada seguem substancialmente as mesmas linhas básicas das que os países desenvolvidos experimentaram no passado. Argumenta-se frequentemente que a industrialização da Europa Ocidental ocorreu num período de tempo em que certos países (Estados Unidos, Austrália, etc.) encorajaram fortemente a imigração

³ Id., *ibid.*, p. 30-31. Para um exemplo da perspectiva funcionalista, ver Desal, *Marginalidad en América Latina — un ensayo de diagnóstico*. Barcelona, Editorial Herder, 1969.

⁴ Id., *ibid.*, p. 31.

que foi então capaz de absorver parte da população “marginal” formada pelo processo de industrialização⁵.

Além disto, enquanto países como a Grã-Bretanha do século XIX também dispunham de um mecanismo automático de absorção de mão-de-obra não-qualificada em atividades que requerem muito trabalho como mineração, comunicação e construção, o mesmo não se aplica à tecnologia do século XX. Atualmente, os países que estão se industrializando são compelidos a adotar uma tecnologia que requer muito capital se eles desejam competir internacionalmente e a abundância de mão-de-obra barata formada por trabalhadores pré-industriais lhes é de pouca utilidade⁶.

Isto traz à baila a questão do papel desempenhado pela dependência econômica em relação à marginalidade. É frequentemente sugerido que o padrão de incorporação dos países latino-americanos ao mercado internacional os torna cronicamente incapazes de gerar uma real demanda de força de trabalho. A dependência seria, assim, a causa da marginalização de vastos setores da população urbana, no sentido de que eles não são incorporados ao mercado formal de trabalho⁷.

Embora exista certa verdade neste argumento, não se deve ser levado a exagerar sua importância. Em uma instrutiva discussão de alguns dos estudos que enfatizam a dependência⁸, Singer argumentou que ela seria parcialmente responsável pela marginalização de uma parcela dos habitantes dos países da América Latina. Isto, entretanto, se daria não porque a dependência provoque desemprego pela utilização de técnicas que empregam muito capital e pouca mão-de-

⁵ Ver Hobsbawm, E. J. “La marginalidad social en la historia de la industrialización europea”, in *Revista, Latinoamericana de Sociología*, vol. 5, n. 2, 1969, p. 241.

⁶ Id., *ibid.*, p. 242.

⁷ Ver Pereira, Luiz. “Populações ‘Marginais’”, in *Estudos sobre o Brasil Contemporâneo*. São Paulo, Pioneira, 1971, p. 167-168.

⁸ Ver Castells, Manuel. “La urbanización dependiente en América Latina”, e Quijano, Aníbal. “La formación de un universo marginal en las ciudades de América Latina”, ambos em Castells, Manuel (org.). *Imperialismo y Urbanización en América Latina*, Barcelona, Gustavo Gili, 1973; Quijano, Aníbal. “Dependencia, Cambio Social y Urbanización en Latino-américa”, in Cardoso, F. H., e Weyffort, F. (orgs.). *América Latina — Ensayos de Interpretación Sociológico-Política*, Santiago, Universitaria, 1970.

obra, mas porque o excedente que é assim gerado não é inteiramente acumulado dentro destes países. O autor, entretanto, assinala que não devemos ser levados à conclusão que um capitalismo “nacional” viesse a produzir uma maior acumulação de capital em cada país⁹.

Do mesmo modo como existem sérias discussões a respeito da importância da dependência em relação à marginalidade, outra questão fundamental tem a ver com o debate sobre o papel que a massa marginal desempenha no mercado de trabalho. Ela tem normalmente sido interpretada como sendo o exército industrial de reserva descrito por Marx. Alguns autores, entretanto, têm argumentado que o volume desta massa marginal é muito maior que a quantidade requerida como um reservatório de mão-de-obra. Uma grande porção deste excedente de força de trabalho seria então irrelevante para o mercado de trabalho, do ponto de vista de comprimir salários e de ter trabalhadores facilmente disponíveis. Neste sentido, o termo marginal realmente se aplicaria a eles¹⁰.

O debate sobre a questão do tamanho da massa marginal e sua utilidade para o mercado de trabalho ainda prossegue¹¹ e mais estudos são certamente necessários. Mais recentemente os estudiosos

⁹ Singer, Paul. “Urbanização, Dependência e Marginalidade na América Latina”, in *Economia Política da Urbanização*. São Paulo, Brasiliense, 1973, p. 89.

¹⁰ Quijano, por exemplo, argumenta que na América Latina, “... a mão-de-obra disponível no mercado não constitui mais uma ‘reserva’ para aqueles níveis hegemônicos da produção industrial, mas uma força de trabalho excluída, a qual à medida que mudanças na composição técnica do capital progridem, *perde de um modo permanente e não transitório a possibilidade de ser absorvida naqueles níveis hegemônicos da produção*, e especialmente na produção urbano-industrial, que tem hegemonia dentro da economia geral. Isto é, aqueles setores e níveis ‘nas posições-chave’ do sistema de produção capitalista não necessitam uma vasta massa de mão-de-obra disponível para seus fins de expansão da produção. Esta força de trabalho, então, não mais se constitui em uma ‘alavanca’ ou ‘condição de existência’ do sistema de produção na sua fase atual”. Quijano Obregón, Aníbal. “The marginal pole of the economy and the marginalised labour force”, in *Economy and Society*, vol. 3, n. 4, 1974, p. 418.

¹¹ . Ver, entre outros, Nun, José. “Superpopulação Relativa, Exército Industrial de Reserva e Massa Marginal”, in Pereira, Luiz (org.). *Populações “Marginais”*, cit., e a crítica de Cardoso, Fernando Henrique. “Comentário sobre os conceitos de superpopulação relativa e marginalidade”, in *O Modelo Político Brasileiro*. São Paulo, DIFEL, 1972, e a réplica de Nun, José. “Marginalidad y otras Cuestiones”, in *Revista Latinoamericana de Ciencias Sociales*, n. 4, 1972.

têm se concentrado numa outra interessante questão que trata das articulações do setor marginal da economia (as atividades econômicas que a massa marginal desempenha a fim de sobreviver) com a economia em geral, tentando compreender como o primeiro ajuda o último a intensificar a acumulação capitalista.

A questão que alguns autores começaram a levantar é que a importância da força de trabalho marginal talvez resida na ajuda que ela proporciona em fomentar a acumulação em países que carecem de capital. Com respeito ao Brasil, Oliveira formulou a hipótese de que o crescimento do setor terciário, que está crescentemente absorvendo a força de trabalho, longe de ser “marginal” é em realidade uma parte integral do modo de acumulação urbano adequado à expansão do sistema capitalista neste país¹².

Neste sentido, estudos empíricos estão mostrando que as atividades desenvolvidas pelo setor informal das cidades latino-americanas longe de serem marginais desempenham ao contrário importantes funções em relação à acumulação de capital. Roberts, por exemplo, argumenta que o que caracteriza as atividades normalmente rotuladas de “tradicionais” através das quais a maioria dos habitantes das cidades peruanas ganha seu sustento é justamente que dificilmente qualquer delas é tradicional. Na realidade elas seriam tão “modernas” no sentido histórico como as atividades tecnológicas que elas complementam e o risco inerente a descrevê-las como “tradicionais”, “domésticas” ou “marginais” residiria em dar a impressão de que elas representam atividades econômicas em vias de extinção. Em verdade existiria uma articulação entre a pequena empresa e o setor da economia que opera em grande escala e é intensivo em capital, já que “a pequena empresa apresenta (...) uma flexibilidade que é um componente funcional do atual processo de desenvolvimento capitalista no Peru”¹³.

¹² Oliveira, Francisco de. “A Economia Brasileira: Crítica à Razão Dualista”, in *Estudos CEBRAP*, n. 2, 1972, p. 27.

¹³ Roberts, Bryan R. “Center and Periphery in the Development Process: The Case of Peru”, in Cornelius, Wayne A., e Trueblood, Felicity M. (eds.). *Urbanization and Inequality: The Political Economy of Urban and Rural Development in Latin America (Latin American Urban Research, vol. 5)*. Beverly Hills, Sage, 1975, p. 88-89.

Numa linha similar, Santos sustenta que o pólo marginal da economia é mais forte precisamente nas cidades mais dinâmicas da América Latina. Examinando a circulação do capital, num estudo de Lima ele mostrou como os vendedores de rua ajudam a promover a acumulação nos centros hegemônicos da economia. Os vendedores de rua funcionariam como um canal de duas vias: por um lado eles trazem bens do setor moderno à população de baixa renda, por outro eles levam ao circuito superior as poupanças dos pobres e das classes médias através dos atacadistas, bancos e outros canais como consumo conspícuo e moderno, loterias, etc¹⁴.

Pode-se observar que a análise dos aspectos econômicos da marginalidade é um campo que ainda oferece uma ampla margem para discussões e que provavelmente vai estimular mais estudos no futuro¹⁵. Um dos maiores desafios nesta área provavelmente reside em como traduzir as proposições teóricas existentes em pesquisas empíricas, permitindo assim que aquelas sejam testadas e aperfeiçoadas.

Aspectos políticos da marginalidade

A teoria que talvez tenha sido mais intensamente formulada a respeito da relação entre urbanização e política em países subdesenvolvidos é a que associa a primeira com o radicalismo e a violência política. Seu argumento central é de que os migrantes vêm

¹⁴ Santos, Milton. "The Periphery at the Pole: Lima, Peru", in Gappert, Gary, e Rose, Harold M. (eds.). *The Social Economy of Cities. (Urban Affairs Annual Review, vol. 9)*. London, Sage, 1975, p. 349 e 355.

¹⁵ Para alguns estudos recentes, ver, entre outros, Kowarick, Lúcio. *Capitalismo e Marginalidade na América Latina*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975; Berlin, Manoel T. *Marginalidade Social e Relações de Classes em São Paulo*. Petrópolis, Vozes, 1975; Faria, Vilmar. "Pobreza Urbana, Sistema Urbano e Marginalidade", in *Estudos CEBRAP*, n. 9, 1974; Turnaturi, Gabriella (org.). *Marginalità e Classi Sociali*. Roma, Savelli, 1976; Souza, Paulo R., e Tokman, Victor E. "The Informal Sector in Latin America", in *International Labour Review*, vol. 114, n. 3, 1976; Paoli, Maria Célia Pinheiro Machado. *Desenvolvimento e Marginalidade*. São Paulo, Pioneira, 1974; *Revista Mexicana de Sociologia*, vol. 39, n. 4, 1977 (seção sobre "Marginalidad, Urbanización y Empleo en América Latina") e vol. 40, n. 1, 1978 (seção sobre "Marginalidad, Urbanización y Población en América Latina").

às cidades com expectativas que não são satisfeitas pela economia urbana; frustrados pelo fato de suas aspirações não serem atendidas, eles (ou a geração de seus filhos) se voltariam então para o radicalismo político e a violência.

É interessante observar que este tipo de argumento percorre o espectro político, sendo exposto tanto por autores de esquerda como de direita. Frantz Fanon, representante da visão de esquerda, profetizou que

É nesta massa da humanidade, neste povo das favelas, no seio do *lumpen-proletariado*, que a rebelião vai achar sua ponta de lança urbana. Pois o *lumpen-proletariado*, esta horda de homens famintos, desarraigados de sua tribo e de seu clã, constitui uma das forças mais espontâneas e radicalmente revolucionárias de um povo colonizado¹⁶.

A visão reacionária de direita, por seu turno, encara os marginais como se constituindo numa ameaça e num freio ao desenvolvimento econômico. Para Ward eles

são o núcleo do desespero e desafeição locais engrossando os movimentos Jeunesse do Congo, inchando o populacho urbano do Rio, votando pelos comunistas nos horríveis becos de Calcutá, em toda parte minando a tão frágil estrutura da ordem pública e assim retardando o desenvolvimento econômico que é o único que pode melhorar sua situação. Não controlados, desatendidos, deixados a crescer e supurar, existe aqui suficiente material explosivo para produzir no mundo todo o padrão de um amargo conflito de classe encontrando num grau crescente um viés racial, eclodindo em guerra de guerrilhas e ameaçando, em última análise, a própria segurança do confortável Ocidente¹⁷.

Este tipo de temor foi expresso de um modo mais resumido por um conhecido cientista político: "Em alguns países as fervilhantes populações urbanas são tão altamente politizadas que num sentido elas se tornaram revólveres carregados apontados em direção dos

¹⁶ Fanon, Frantz. *The Wretched of the Earth*. Harmondsworth, Penguin, 1974, p. 103. Para uma interessante análise da obra de Fanon, ver Worsley, Peter. "Frantz Fanon and the Lumpen-proletariat", in Miliband, Ralph, e Saville, John (eds.). *The Socialist Register 1972*, London, Merlin, 1972.

¹⁷ Ward, Barbara. "The Uses of Prosperity", in *Saturday Review*, 29-8-1964, p. 192.

governos responsáveis e à beira de serem disparados diante da menor provocação”¹⁸.

A realidade e os dados empíricos, entretanto, não confirmam este tipo de ideias. As características revolucionárias ou radicais das classes baixas urbanas são mais um produto ou do “otimismo ingênuo” de alguns elementos de esquerda ou da culpa e medo dos setores privilegiados da sociedade que tendem a temer que as “classes perigosas” possam recorrer à rebelião violenta para alcançar a justiça social.

A relativa apatia revolucionária das classes subordinadas em países subdesenvolvidos pode melhor ser entendida quando se tomam em consideração alguns aspectos importantes da questão. Primeiro, deve-se ter em mente que, por degradantes que sejam as condições de vida das classes baixas urbanas, elas provavelmente estão numa

¹⁸ Pye, Lucian W. “The Political Implications of Urbanization and the Development Process”, in Breese, Gerald (ed). *The City in Newly Developing Countries: Readings on Urbanism and Urbanization*. London, Prentice-Hall, 1972, p. 404.

A seguinte citação mostra que as classes dominantes da Inglaterra do começo do século XIX também temiam as massas urbanas: “Lord Liverpool, congratulado por Chateaubriand pela solidez das instituições britânicas, apontou para a capital do lado de fora de sua janela e respondeu: ‘O que pode ser estável com estas enormes cidades? Uma insurreição em Londres e tudo isto está perdido’”. (Citado por Hamilton, Richard. *Affluence and the French Worker in the Fourth Republic*. Princeton, Princeton University Press, 1967, p. 246).

Hobsbawm, entretanto, sugeriu que este tipo de temor era exagerado: “A Inglaterra do século XVIII era uma nação notoriamente revoltosa, com um aparelho para manter a ordem pública notoriamente improvisado. Não somente cidades menores como Liverpool e Newcastle, mas partes maiores da própria Londres podiam estar nas mãos do populacho revoltoso por dias seguidos. Já que nada estava em jogo em tais desordens exceto uma certa quantia de propriedade, que uma nação próspera podia muito bem permitir-se de substituir, o ponto de vista geral entre as classes altas era fleumático e até satisfeito. Os nobres [do partido] Whig tinham orgulho do estado de liberdade que despojava tiranos em potencial das tropas para subjugar seus súditos e da polícia para atormentá-los”. (Hobsbawm, E. J. “Cities and Insurrections”, in *Revolutionaries*. London, Weidenfeld and Nicolson, 1973, p. 225).

Sobre motins urbanos ver também Hobsbawm, E. J. *Rebeldes Primitivos*. Rio de Janeiro, Zahar, 1970, capítulo VII: “A Turba Urbana”; Rudé, George. *Paris and London in the Eighteenth Century. Studies in Popular Protest*. London, Fontana/ Collins, 1974; Idem. *The Crowd in the French Revolution*. Oxford, Oxford University Press, 1959; Idem. *The Crowd in History, A Study of Popular Disturbances in France and England 1730-1848*. New York, John Wiley & Sons, 1964, capítulo 3: “The City Riot of the Eighteenth Century”; Lupsha, Peter A. “On Theories of Urban Violence”, in *Urban Affairs Quarterly*, vol. 4, n. 3, 1969.

situação melhor do que no campo onde a vida é frequentemente ainda pior.

Além disso, parece estranho adjudicar a setores tão pobres e oprimidos da população a potencialidade de se engajar em ações políticas organizadas. Marx, por exemplo, nunca atribuiu um papel revolucionário ao *lumpen*-proletariado que, obviamente, não pode ser concebido como uma “classe para si” no sentido marxista do termo¹⁹. Pode-se também perguntar, se, por uma série de razões históricas, o proletariado muito mais antigo de países adiantados não conseguiu organizar revoluções bem sucedidas ou tomar o poder por outros modos, por que se deveria esperar que as classes baixas, de cidades do Terceiro Mundo, sejam capazes de fazê-lo?

A mera existência de miséria e opressão pode levar a irrupções ocasionais e inconsequentes de violência mas não é capaz de formar uma efetiva consciência política ou de conduzir à ação revolucionária organizada. De acordo com Trotsky, um especialista no assunto, “a mera existência de privações não é suficiente para causar uma insurreição; se fosse, as massas estariam sempre em revolta”²⁰.

E, finalmente, deve-se ter em mente a existência de um eficiente aparelho policial que reprime e mantém sob controle as classes dominadas.

Portes resumiu bem a relação entre urbanização e inquietação popular:

As teorias de urbanização da América Latina tendem a predizer uma explosão política iminente dos novos setores de classes mais baixas. Estas predições, entretanto, têm sido constantemente rejeitadas por achados empíricos que indicam somente débeis tendências para o radicalismo de esquerda nesta área. As tentativas de explicar estes resultados pressupondo baixos níveis de frustração entre as classes urbanas mais baixas são contraditadas pela abundância de circunstâncias estruturais produtoras de frustração entre estes grupos e pelos resultados de investigação empírica. A debilidade das tendências radicais de esquerda na periferia urbana das classes baixas parece menos uma consequência da ausência de frustração que do

¹⁹ Ver Marx, Karl. *O 18 Brumário*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977.

²⁰ Citado por Hamilton, *op. cit.*, p. 282.

particular marco cognitivo no qual a frustração é interpretada. Uma ética que define a situação dos migrantes rurais como a de recém-chegados em busca de qualquer oportunidade econômica que a cidade tem para oferecer, mais do que como membros há muito tempo despojados de uma sociedade urbana tende a desencorajar a imputação da responsabilidade dos fracassos pessoais à ordem social, colocando-a em vez disto em fatores mais imediatamente presentes na situação de vida do indivíduo²¹.

Aspectos culturais da marginalidade

Assim como é possível lançar dúvidas sobre a propriedade do termo “marginal” para descrever o papel que os desempregados ou subempregados desempenham no processo produtivo, também é possível questionar se culturalmente faz sentido aplicar esta palavra a eles. Como é difícil conceber como qualquer grupo que vive e tem contato com uma determinada sociedade pode realmente ser marginal a ela, deve-se considerar se o termo não é senão um outro eufemismo para a pobreza, ou pior, um rótulo que apresenta as classes subalternas como totalmente diferentes e portanto responsáveis pela sua própria situação.

²¹ Portes, Alejandro. “Urbanization and Politics in Latin America”. in *Social Science Quarterly*, vol 52, n. 3, 1971, p. 718.

Ver também Nelson, Jean Marie. *Migrants, Urban Poverty, and Instability in New Nations*. Cambridge, Mass., Harvard University, Center for International Affairs, 1969; Cornelius Jr., Wayne A. “The Political Sociology of Cityward Migration in Latin America: Toward Empirical Theory”, in Rabinovitz, Francine, e Trueblood, Felicity M. (eds.). *Latin American Urban Research*, vol. 1, Beverly Hills, Sage, 1970; Souza, Amaury de. *Migração, Expectativas Crescentes e a Promessa do Protesto Coletivo*. Belo Horizonte, Universidade Federal de Minas Gerais, CEDEPLAR, mimeo., 1972.

É importante ressaltar que embora grupos urbanos “marginais” não vão automaticamente se revoltar somente por serem extremamente despojados e aparentemente não terem nada a perder, eles podem obviamente tornar-se politizados e engajar-se em atividades radicais se a atmosfera for favorável. A crescente politização dos favelados de Santiago do Chile durante o governo Allende mostrou que não se trata tanto de uma questão de apatia como de condições favoráveis e organização. Ver Cidu. “Reivindicación Urbana y Lucha Política: Los Campamentos de Pobladores en Santiago de Chile”, in *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, vol. 2, n. 6, 1972, e Castells, Manuel. “Movimientos de Pobladores y Lucha de Clases”, in *Revista Latinoamericana de Estudios Urbano Regionales*, vol. 3, n. 7, 1973.

O que chama a atenção do estudioso da literatura sobre o tema é quão fortemente ele é eivado de uma orientação moralística e/ou paternalista. Ao se concentrarem somente nas classes baixas e suas características em vez de também estudarem outros grupos ou a sociedade como um todo, muitos autores dão a entender que os pobres e não a sociedade devem ser responsabilizados por sua situação.

Referindo-se à Inglaterra do século XVI, Hill fez menção à “aprovação Puritana da distinção severa que a Lei dos Pobres (Poor Law) fazia entre os pobres merecedores e aqueles que não queriam trabalhar” e, analisando um período anterior, observou que “uma lei de 1531 distinguiu pela primeira vez entre vagabundos robustos (que deveriam ser punidos) e os pobres impotentes (que podiam mendigar)”²². De um modo semelhante, ao analisar os Estados Unidos do presente, Gans chamou a atenção para “uma perspectiva que julga os pobres como merecedores ou não-merecedores”. O raciocínio funciona do seguinte modo: “Se os pobres são merecedores, eles obviamente têm direito à admissão na sociedade afluyente como iguais; se eles não são merecedores, eles não necessitam ser admitidos, ou pelo menos não até se tornarem merecedores”²³.

De um modo semelhante, uma resenha dos estudos sobre aspectos culturais de populações “marginais” revela duas tendências opostas. A primeira sustenta que estes grupos são culturalmente diferentes do resto da população; a segunda (que é uma reação à primeira) argumenta, ao contrário, que eles não são culturalmente diferentes. De modos diferentes, os dois enfoques são equivocados.

O mais célebre representante da primeira orientação é, naturalmente, Oscar Lewis que cunhou o termo “cultura da pobreza”, baseado em seus estudos no México e em Porto Rico. Para ele, a “cultura da pobreza” teria uma estrutura e lógica próprias e seria um modo de vida transmitido de geração a geração. Não se trataria pois

²² Hill, Christopher. *The Century of Revolution 1603-1714*. London, Cardinal, 1974, p. 31 e Id., *Reformation to Industrial Revolution*. Harmondsworth, Penguin, 1975, p. 58.

²³ Gans, Herbert J. *People and Plans*. New York, Basic Books, 1968, capítulo 22 (“Culture and Class in the Study of Poverty”), p. 322.

apenas de uma questão de privação ou desorganização, mas de uma cultura no sentido antropológico tradicional, isto é, um conjunto de características que fornece a seus membros um esquema de vida com soluções para seus problemas e que portanto desempenha uma importante função adaptativa²⁴.

De acordo com Lewis, esta cultura apresentaria quatro principais características. Em primeiro lugar haveria a ausência de uma participação e integração efetivas dos pobres nas principais instituições da sociedade inclusiva. Em segundo lugar, no nível da comunidade local, existiriam condições precárias de habitação, abarrotamento e principalmente um mínimo de organização além do nível da família nuclear e extensa.

Em terceiro lugar, no nível das relações familiares as principais características seriam a ausência de uma infância enquanto estágio prolongado e protegido do ciclo de vida, iniciação sexual precoce, uniões livres ou casamentos consensuais, uma incidência relativamente alta de abandono de esposas e filhos, uma tendência ao autoritarismo, competição entre irmãos por bens escassos e afeto materno, etc.

Finalmente no âmbito individual encontrar-se-iam fortes sentimentos de marginalidade, de desamparo, de dependência e de inferioridade²⁵.

Embora Lewis tenha assinalado que a subcultura da pobreza faça parte da cultura mais ampla do capitalismo e tenha admitido que as principais causas de sua continuidade sejam as pressões exercidas pela sociedade inclusiva sobre seus membros e a estrutura desta própria sociedade, ele não obstante sustenta que

esta não é a única razão. A subcultura desenvolve mecanismos que tendem a perpetuá-la, especialmente por causa do que ocorre com a visão de mundo, as aspirações e caráter das crianças que crescem

nela. Por esta razão, melhores condições econômicas, embora absolutamente essenciais e da maior prioridade, não são suficientes para alterar basicamente ou eliminar a subcultura da pobreza. Ademais, a eliminação é um processo que levará mais de uma única geração, mesmo sob as melhores circunstâncias, incluindo uma revolução socialista²⁶.

Lewis, que se tornou famoso nas ciências sociais ao assinalar as falácias contidas no modelo do *continuum folk-urbano* de Redfield²⁷, foi ele próprio fortemente criticado pelo seu conceito da “cultura da pobreza”²⁸. Num primeiro nível, estão as restrições à metodologia empregada em sua pesquisa, que alguns críticos acham que não foi suficientemente explicitada.

Um segundo nível de crítica se dirige à análise inadequada da organização social dos pobres e questiona as excessivas simplificações que são feitas a seu respeito. Criticando o fato da marginalidade dos pobres e sua falta de participação e integração nas principais instituições da sociedade serem atribuídas a seu baixo nível de organização, Silberstein assinalou que o último é “uma adaptação sofisticada por parte dos pobres, que lhes permite agir dentro dos estreitos limites da pobreza e contornar a rigidez estrutural imposta pela sociedade maior”²⁹.

Um terceiro nível de crítica, que é o que vai ao âmago do assunto, questiona toda a abordagem de Lewis ao tema. Embora exista mérito em sua tentativa de chamar a atenção sobre a marginalidade como

²⁴ Lewis, Oscar. “The Culture of Poverty”, in *Scientific American*, vol. 215, n. 4, 1966, p. 19.

²⁵ Id. “The Culture of Poverty”, in *Anthropological Essays*. New York. Random House, 1970, p. 70-72. Este capítulo foi originalmente publicado no livro de Lewis, *La Vida, a Puerto Rican Family in the Culture of Poverty — San Juan and New York*. New York, Random House, 1965, p. XLV, XLVI e XLVIII.

²⁶ Id., *ibid.*, p. 79.

²⁷ Ver o capítulo 1 deste livro.

²⁸ O conceito da “cultura da pobreza” deu margem a um grande número de críticas e uma ampla literatura sobre o assunto. Ver, entre outros, Roach, Jack L., e Gurslin, Orville R. “An Evaluation of the Concept of ‘Culture of Poverty’”, in *Social Forces*, vol. 43, n. 3, 1967; *Current Anthropology*, vol. 8, n. 5, 1967 (vários autores); Opler, Marvin K. “On Lewis ‘Culture of Poverty’”, in *Current Anthropology*, vol. 9, n. 5, 1968; Valentine, Charles A. *Culture and Poverty: critique and counterproposals*. Chicago, University of Chicago Press, 1968; *Revista, Latinoamericana de Sociologia*, vol. 5, n. 2, 1969 (resenha crítica do livro de Lewis, *La Vida*, por Batelli, Piedad; Adams, Richard N. e Margulis, Mano); Leacock, Eleanor Burke (ed.). *The Culture of Poverty. A Critique*. New York, Simon and Schuster, 1971.

²⁹ Silberstein, Paul. “Favela Living: Personal Solutions to Larger Problema”, In *América Latina*, ano 12, n. 3, 1969, p. 199.

uma situação de pobreza, a validade de seu modelo explicativo de natureza psicossocial é discutível.

Assim, pode-se questionar o conceito da cultura da pobreza como uma entidade que é autoperpetuante numa espécie de círculo vicioso. Subjacente a esta abordagem está a imputação aos próprios membros das classes baixas da responsabilidade pela situação na qual se encontram presos.

Neste sentido, Kowarick chamou a atenção para o enfoque “essencialista” da noção de cultura da pobreza formulada por Lewis. Ela é apresentada como uma entidade ontológica, à parte da sociedade e como tendo uma essência própria, sem que em nenhum momento se transcenda o universo restrito de configurações das características das populações que vivem a situação de marginalidade. A marginalidade, entretanto, não pode ser considerada autoexplicável pois sua razão de ser se encontra em processos e estruturas que não podem ser confundidos com as situações nas quais ela se manifesta³⁰.

O quanto alguns autores acreditam que os setores mais baixos das classes dominadas constituem uma cultura à parte é exemplificado por um artigo sugestivamente intitulado “Favelas do Rio: O Cortiço Rural dentro da Cidade”, no qual seu autor afirma que

O favelado está contaminado por todos os males que afligem sua espécie em todo o lugar. Como grupo, a população favelada está do lado errado de qualquer índice padrão de desorganização social, seja analfabetismo, subnutrição, doença, instabilidade de trabalho, uniões sexuais irregulares, alcoolismo, violência criminal, ou praticamente qualquer outro da lista usual³¹.

³⁰ Kowarick, *op. cit.*, p. 36.

³¹ Bonilla, Frank. “Rio’s Favelas: The Rural Slum Within the City”, in Mangin, William (ed.). *Peasants in Cities: Readings in the Anthropology of Urbanization*. Boston. Houghton Mifflin, 1970, p. 75.

Para um artigo a respeito dos sentidos populares do termo “marginal” no Brasil, ver Berlinek, Manoel T. *Concepções Populares de Marginalidade: Uma Nota de Pesquisa*. Belo Horizonte, U.F.M.G., CEDEPLAR, mimeo.. 1972.

32.

Outros autores vão além e a partir da suposição de que os setores “marginais” formam uma cultura distinta também os retratam como representando uma ameaça e um transtorno público.

James assinalou que as implicações deste tipo de abordagem são extremamente conservadoras, pois ao se aceitar que a pobreza se constitui numa “cultura” distinta, a mudança só pode se originar a partir dos próprios pobres e existe pouco ou nada que se pode fazer por eles. Isto equivale a uma versão do século XX da antiga atribuição calvinista da pobreza ao fracasso pessoal³².

É claro que houve uma forte reação contra este tipo de abordagem que imputa às classes subordinadas a responsabilidade por sua situação. Assim, cientistas sociais que estudaram cortiços e favelas começaram a apresentar achados que mostraram que seus habitantes não eram afinal tão diferentes. Mangin, por exemplo, sugeriu que a ideologia dominante da maioria dos habitantes ativos das *barriadas* peruanas bem como das favelas brasileiras é muito semelhante às crenças de um pequeno negociante inglês ou norte-americano do século passado. Estas poderiam ser resumidas através das seguintes máximas: “Trabalhe muito, poupe seu dinheiro, confie somente em membros da família (e neles não demais), passe a perna no Estado, vote conservadoramente se possível, mas sempre em seu próprio auto-interesse econômico; eduque seus filhos para o futuro deles e como um seguro de velhice para você”³³.

De um modo semelhante, em um artigo sugestivamente intitulado “O Brasil e o Mito da Ruralidade Urbana”, Anthony e Elizabeth Leeds frisaram “o caráter essencialmente urbano da experiência e dos valores dos moradores das favelas e *barriadas*”³⁴.

³² James, Dorothy Buckton. “Poverty: Culture versus Class”, in *Comparative Politics*, vol. 4, n. 4, 1972. p. 590.

³³ Mangin, William. “Latin American Squatter Settlements: A Problem and a Solution”, in *Latin American Research Review*, vol. 2, n. 3, 1967, p. 84-85. *Barriada* é o nome dado à favela no Peru.

³⁴ Leeds, Anthony e Elisabeth. “O Brasil e o Mito da Ruralidade Urbana: Experiência Urbana, Trabalho e Valores nas ‘Áreas Invadidas’ do Rio de Janeiro e de Lima”, in *A Sociologia do Brasil Urbano*. Rio de Janeiro, Zahar, 1978, p.89. Ver também Leeds,

Estes e outros estudos são importantes no sentido de que proporcionam dados que sugerem que muitas das características da cultura dominante também estão presentes entre os favelados e assim questionam inclusive a precisão empírica do enfoque da “cultura da pobreza”.

Existe, entretanto, o perigo desta abordagem ser distorcida numa tendência a exagerar o “bom caráter” dos favelados. Assim, num livro chamado “O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro”, Perlmann esforça-se por enfatizar que

os favelados e suburbanos não possuem as atitudes ou comportamento supostamente associados aos grupos marginais. Do ponto de vista social, são bem organizados e coesos, e utilizam amplamente o meio e as instituições urbanas. Do ponto de vista cultural, são muito otimistas e aspiram a uma educação melhor para os seus filhos e a melhoria de suas casas. (...) Quanto ao ponto de vista econômico, trabalham muito (...). Atribuem alto valor ao trabalho árduo, e sentem grande orgulho de uma coisa bem feita. Politicamente, não são nem apáticos nem radicais (...). Os favelados em geral apóiam o sistema e acham que o governo não é mau, mas fazem o possível para compreender e ajudar pessoas como eles (...). Em resumo, têm as aspirações da burguesia, a perseverança dos pioneiros e os valores dos patriotas³⁵.

O perigo de enfatizar exageradamente as “boas qualidades” das classes dominadas é que esta perspectiva implicitamente aceita que elas precisam ser defendidas e suas virtudes provadas, e toma a si esta tarefa paternalista. Embora esta abordagem represente um passo à frente na medida em que questiona alguns dos achados empíricos da perspectiva da “cultura da pobreza” e mostra que as classes baixas não são totalmente diferentes, ela cai no extremo oposto de pretender

Anthony. “The Concept of ‘Culture of Poverty’: Conceptual, Logical, and Empirical Problems, with Perspectives from Brasil and Peru”, in Leacock, *op. cit.*, p. 226-284.

³⁵ Perlman, Janice E. *O Mito da Marginalidade: favelas e política no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1977, p. 286. Cabe assinalar que, apesar de suas conclusões exageradas e equívocas, a pesquisa realizada por Perlman se constitui em um estudo sério de favelas do Rio de Janeiro. Para resenhas de seu livro, ver Velho, Gilberto. “Favelas cariocas: o problema da marginalidade”, in *Anuário Antropológico* 76. Rio de Janeiro, Tempos Brasileiros, 1977, e Oliven, Ruben George. “Favelados não são Marginais?”, in *Coojournal*, ano 3, n. 32, setembro de 1978, p.35.

mostrar que elas são praticamente iguais. Ela também ainda está por demais preocupada em averiguar as características das classes subordinadas em vez de analisar a estrutura social na qual estão inseridas e comparar diferentes grupos e classes sociais e assim obter um quadro mais global da questão. Esta abordagem frequentemente também aceita todo o modelo da modernização na qual encaixa as classes dominadas sem questionar para que serve esta ideologia.

Nestas últimas páginas estivemos tratando com duas posições opostas em relação a aspectos culturais das classes baixas, ambas girando em torno da questão de se seus membros são culturalmente diferentes ou iguais ao resto da sociedade, isto é, se eles são marginais ou integrados. Proponentes de ambas as posições têm sido capazes de apresentar dados que apóiam parcialmente seus argumentos de modo que pareceria difícil reconciliar estes achados mutuamente contraditórios.

Na realidade a questão é mais complexa e a resposta a ela parece residir em dois níveis diferentes de análise. O primeiro tem a ver com o fato de que existem importantes diferenças entre os membros das classes baixas urbanas e que as favelas não são entidades tão homogêneas como alguns cientistas sociais tinham pensado. Em verdade existe uma grande diferenciação interna no que diz respeito à ocupação, renda, tempo de experiência urbana, comportamento, etc³⁶.

O segundo nível de análise tem a ver com o fato de que, qualquer que seja o significado do termo “marginalidade”, certamente não se trata de um fenômeno monolítico mas um que envolve diferentes graus³⁷.

³⁶ A respeito da diferenciação interna de favelas, ver, entre outros, Macewen, Alison M. “Differentiation among the Urban Poor: an Argentine Study”, in Kadt, Emanuel De, e Williams, Gavin (eds.). *Sociology and Development*. London, Tavistock, 1974; Id. “Stability and Change in a Shanty Town: A Summary of some Research Findings”, in *Sociology*, vol. 6, n. 1, 1972; Medina, Carlos Alberto de. “A Favela como Estrutura Atomística: Elementos Descritivos e Constitutivos”, in *América Latina*, ano 12, n. 3, 1968; Leeds, Anthony. “The Significant Variables Determining the Character of Squatter Settlements”, in *América Latina*, ano 12, n. 3, 1969.

³⁷ Ver Germani, Gino. “Aspectos Teóricos de la Marginalidad”, in *Revista Paraguaya de Sociología*, ano 9, n. 23, 1972, p. 11-12.

Analisando os diferentes tipos de oportunidades oferecidas a famílias de baixa renda pela estrutura econômica da cidade de Guatemala, Roberts mostrou com discernimento que quando um indivíduo se depara com uma multiplicidade de situações nas quais ele precisa lidar com diferentes conjuntos de pessoas e diferentes expectativas de comportamento, seu comportamento social provavelmente não será consistente de uma situação para outra. Famílias de classe baixa são flexíveis ao interpretar as possibilidades oferecidas pela cidade e instáveis em seus comprometer-se com qualquer situação urbana. Ademais, a atividade de um indivíduo não é confinada apenas por um conjunto de experiências ou um modo de enfrentar a vida urbana³⁸.

Todos estes argumentos e os aparentemente contraditórios achados de diferentes pesquisas empíricas apontam para o cerne da questão. Em vez de postular uma das duas proposições unidimensionais de que as classes mais baixas são culturalmente ou diferentes (marginais) ou iguais (integrados) parece mais apropriado dar-se conta de que está ocorrendo um processo dinâmico.

Assim, por um lado, o setor “marginal” da população urbana e a maioria da classe operária dos países latino-americanos não podem escapar da influência da cultura dominante por cuja ideologia são constantemente afetados.

Por outro lado, entretanto, dado que sua participação na sociedade é de uma natureza peculiar e espoliada, eles ao mesmo tempo desenvolvem seus próprios traços culturais em várias áreas.

O fato de que está ocorrendo um processo dinâmico, através do qual as classes baixas simultaneamente compartilham traços da cultura dominante e mostram elementos que não pertencem a esta cultura, poderia ser interpretado como um duplo mecanismo de sobrevivência. Por um lado, a aceitação por parte das classes subalternas de certos traços da cultura dominante é necessária para que eles possam arranjar-se e chegar a um convívio com a sociedade ; por outro lado, desenvolver características culturais próprias é um

modo de manter sua identidade através da criação de traços que não aceitam inteiramente as regras das classes dominantes.

Uma importante tarefa de pesquisa é talvez investigar como e em que áreas de envolvimento social este processo ocorre e compará-lo com outros grupos sociais.

³⁸ Roberto, Bryan. “The Social Organization of Low-Income Families”, in Horowitz, Irving Louis (ed.). *Masses in Latin America*. New York, Oxford University Press. 1970, p. 348.